



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TURMA CIASC 2023**



**O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS E AS GUERRAS POR RECURSOS: UMA
ANÁLISE DO RECURSO “ÁGUA”.**

ALUNO: IAGO REIS TÔRRES

ORIENTADOR: PROF. ME. ROBERTA MELO

NITERÓI, 2023

IAGO REIS TÔRRES

O CFN E AS GUERRAS POR RECURSOS: UMA ANÁLISE DO RECURSO “ÁGUA”.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Orientador:
Prof. Me. Roberta Melo

Niterói
2023

IAGO REIS TÔRRES

O CFN E AS GUERRAS POR RECURSOS: UMA ANÁLISE DO RECURSO “ÁGUA”.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Roberta Melo (Orientador) – UFF

Prof. Me. Pedro Gomes – UFF

Niterói
2023

Agradeço a Deus por me guiar e proteger. A minha noiva pelo amor e companheirismo dedicados a mim. Aos meus pais pelo apoio incondicional em qualquer escolha que faço em minha vida. Aos meus amigos pelas ideias e momentos de descontração. A minha Orientadora pela disponibilidade quase que diária, sanando dúvidas de todo tipo e efetivamente orientando o desenvolvimento deste trabalho. E ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil por me proporcionar a realização desta pós-graduação junto a esta renomada instituição que é a UFF.

RESUMO

O presente estudo aborda a eventual possibilidade do recurso natural "água" ser o centro de um conflito no qual o Brasil possa estar envolvido. Dividido em três capítulos, o trabalho inicia examinando a relação intrínseca entre guerra e recursos naturais, contextualizando a Política Nacional de Defesa e destacando a importância da diplomacia e cooperação regional na América do Sul para evitar conflitos. No segundo capítulo, concentra-se na geopolítica da água na América do Sul, destacando sua importância vital e distribuição desigual no mundo. A crescente demanda por água e a escassez em algumas regiões tornam esse recurso suscetível a tensões internacionais, e a análise se baseia em pensadores da geopolítica sul-americana. O terceiro capítulo explora as implicações da água para a defesa nacional, identificando as tensões atuais relacionadas à água e a preparação das forças militares, com foco na doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais. Por fim, concluímos que se destaca a relevância da água na dinâmica das relações entre os países e a importância da cooperação internacional na gestão dos recursos hídricos. Embora seja improvável que o Brasil seja alvo de uma guerra por recursos, a preparação das forças armadas é fundamental para garantir a segurança dos recursos naturais e da soberania nacional.

Palavras-chave: Brasil, guerra por recursos, geopolítica da água, Corpo de Fuzileiros Navais, defesa nacional.

ABSTRACT

The present study addresses the potential for the natural resource “water” to be the focus of a conflict in which Brazil may be involved. Divided into three chapters, the work begins by examining the intrinsic relationship between war and natural resources, contextualizing the National Defense Policy and emphasizing the importance of diplomacy and regional cooperation in South America to prevent conflicts. In the second chapter, the focus is on the geopolitics of water in South America, highlighting its vital importance and unequal distribution around the world. The increasing demand for water and scarcity in some regions make this resource susceptible to international tensions, with analysis based on South American geopolitical thinkers. The third chapter explores the implications of water for national defense, identifying current tensions related to water and the preparedness of the military, with a focus on the doctrine of the Marine Corps. In conclusion, we highlight the significance of water in the dynamics of relations between countries and the importance of international cooperation in managing water resources. While it is unlikely that Brazil will be the target of a war over resources, the preparedness of the armed forces is crucial to ensure the security of natural resources and national sovereignty.

Keywords: Brazil, resource wars, geopolitics of water, Marine Corps, national defense.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – América Latina	18
Figura 2 - Brasil	19
Figura 3 – Entorno Estratégico	21
Figura 4 – Bacias	31
Figura 5 – DN	41
Figura 6 –Operação Furnas	42
Figura 7 – CApA-CFN	43

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
DN	Distrito Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
FFAA	Forças Armadas
FFE	Força de Fuzileiros da Esquadra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MB	Marinha do Brasil
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PND	Política Nacional de Defesa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
1. A GUERRA E OS RECURSOS NATURAIS.....	12
1.1. Guerra por Recursos.....	12
1.2. PND e o Entorno Estratégico.....	20
2. O RECURSO “ÁGUA”.....	24
2.1. Geopolítica	24
2.2. Geopolítica do Brasil (Água).....	27
3. IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA	34
3.1. Tensões Históricas, Atuais e Possibilidades Futuras.....	35
3.2. Estamos preparados?.....	39
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é caracterizada por diversos conflitos e batalhas entre agrupamentos humanos que competem a fim de garantir seus interesses. Klare (2020) vai mais além, e diz que a história da humanidade é uma grande sucessão de guerras por recursos, vindo desde as primeiras civilizações agrárias (em disputas por terras e alimentos) até as disputas mais recentes por recursos energéticos (como petróleo e gás natural) e recursos hídricos.

E quando pensamos na América do Sul podemos perceber que sua história é repleta destes conflitos, já que desde sua colonização, a região é alvo da exploração de seus recursos naturais. Afinal, as colônias serviam para isso, uma fonte quase inesgotável dos mais diversos recursos para abastecer e enriquecer as metrópoles. Esse histórico caracterizado por tais disputas moldou as relações entre os países da região ao longo dos anos. A relação entre geopolítica e recursos naturais é de profunda relevância, especialmente considerando o contexto atual de crescente demanda e escassez desses recursos.

Assim, o objeto de estudo deste trabalho é a eventualidade de conflito na América do Sul motivada pela disputa por recursos na qual o Brasil possa estar envolvido. Teremos como propósito analisar, de forma objetiva e contextualizada, a interligação entre a geopolítica regional e a distribuição dos recursos naturais, com foco especial no recurso "água". Isso devido à sua vital importância para a manutenção da vida na Terra, e um cenário de aumento populacional global no qual a escassez deste recurso possa vir a ser uma realidade para alguns países. A partir dessa análise, buscaremos a resposta para o seguinte questionamento: O Brasil pode vir a ser alvo de uma guerra por recursos? Como o Corpo de Fuzileiros Navais se posiciona para esse cenário?

Desta forma, este trabalho será estruturado em 3 capítulos que buscarão atender aos objetivos específicos de contextualizar as guerras por recursos, entender o contexto geopolítico regional com enfoque no recurso hídrico, e analisar a adequação da doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais para a defesa de nossos recursos. Esperamos que a sequência garanta o encadeamento lógico necessário para a compreensão e conclusão do conteúdo.

No primeiro capítulo, buscaremos compreender a relação intrínseca entre guerra e recursos naturais, conceituando ambos. Além disso, vamos contextualizar o que versa da nossa Política Nacional de Defesa (PND) sobre nosso entorno Entorno Estratégico, a fim de compreender a importância de uma estratégia bem definida para a proteção dos recursos

naturais e a soberania nacional. A relação com os países vizinhos da América do Sul desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que a cooperação e a diplomacia são fundamentais para evitar conflitos e promover a estabilidade regional.

No segundo capítulo nos concentraremos no recurso "água", ressaltando sua importância vital e sua distribuição desigual no mundo. A demanda crescente por água e a escassez em algumas regiões tornam esse recurso ainda mais estratégico e suscetível a tensões internacionais. As obras dos autores da geopolítica clássica como Mackinder, Mahan e Spykman, além de Golbery do Couto Silva, Mario Travassos e Carlos Meira Matos, grandes pensadores da geopolítica sul-americana, serão a base teórica que norteará as análises do capítulo.

Já no terceiro, buscaremos explorar as implicações desse recurso estratégico para a defesa. Entender a relevância da água como um fator determinante na segurança e estabilidade regional é crucial para o planejamento estratégico das forças armadas. Por isso, identificaremos neste trabalho as tensões históricas e atuais relacionadas à água, além das possibilidades de agravamento nas relações diplomáticas futuras. Após isso, abordaremos a preparação das forças militares, com foco na doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais. Analisaremos se a doutrina está alinhada com o cenário geopolítico atual, no qual a água desempenha um papel estratégico, e se medidas adequadas estão sendo adotadas para garantir a segurança e a defesa dos recursos naturais da América do Sul.

Após esse desenvolvimento, apresentaremos as conclusões factíveis esperando que este estudo contribua para uma melhor compreensão das dinâmicas complexas entre geopolítica regional e recursos naturais, com especial atenção ao papel crítico da água na Segurança e Defesa Nacional. A análise dos objetivos específicos de cada capítulo proporcionará um panorama abrangente sobre as interações entre os elementos geopolíticos e ambientais que influenciam o cenário regional.

1. A GUERRA E OS RECURSOS NATURAIS

Iniciamos este capítulo com o seguinte trecho do Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040):

“A América do Sul, a Antártica e a África Ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais (...) Motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico.” (Brasil, 2020a, p. 28)

O PEM-2040 é um documento formulado pela Marinha do Brasil (MB) cujo propósito é nortear o planejamento estratégico da instituição no horizonte temporal de 2020 a 2040, por meio do levantamento de Objetivos Navais (OBNAV) que após serem analisados resultarão nas Ações Estratégicas Navais (AEN) que contribuirão para o cumprimento da missão da MB (Brasil, 2020a).

Logo, a MB demonstra sua atenção às questões referentes aos recursos naturais nacionais, já que o trecho citado acima está incluso no capítulo referente às nossas possíveis ameaças. Ora, se os recursos naturais (ou a disputa por eles) podem ser considerados uma ameaça a soberania nacional, é dever das Forças Armadas (FFAA) destinar parte de sua atenção para o assunto. E se tais recursos podem ser considerados ameaça a soberania nacional e merecem atenção das FFAA, estamos falando de possíveis cenários de guerra.

1.1. Guerra por Recursos

Ao pensarmos na palavra “guerra”, faz-se necessária uma consulta aos grandes pensadores, ou até filósofos deste fenômeno devido à sua complexidade, e não obstante sua atualidade. Clausewitz (2010, p. 7-8) disse que “a guerra nada mais é que um duelo em uma escala mais vasta (...) A guerra é, pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” Neste caso, a violência seria o meio pelo qual se chegaria a sua finalidade, a imposição das vontades.

O conceito puro da guerra para Clausewitz, seria o embate entre dois oponentes, utilizando de todos os meios que dispõe e empregando toda a sua força sem limitações, desde os meios até a força de vontade do povo, a fim de eliminar integralmente o inimigo. Essa é a ideia metafísica de uma guerra absoluta, e o que decorre disso é a guerra sendo um fim em si mesma (Dall’Agnol; Dornelles Jr, 2017, p. 46).

Mas vivemos no mundo real, onde as coisas não acontecem metafisicamente. A realidade é muito mais complexa, e a interdependência de diversos fatores influenciam no

desencadear dos fatos. Então, além deste estado de guerra absoluta no qual Estados entrariam em beligerância a fim de impor suas vontades por meio da violência, visando a destruição total da capacidade do oponente em combater, existem outros termos e caminhos trilhados por quem rege o Estado, que também fazem parte do escopo deste trabalho. Inspirado pela obra de Clausewitz, o autor Raymond Aron destaca o seguinte:

Ciência da paz e da guerra, o conhecimento das relações internacionais pode servir como base para a diplomacia e para a estratégia - os dois métodos, complementares e opostos, com que os Estados se interrelacionam. A guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas ao da existência social. É um conflito de grandes interesses resolvido pelo derramamento de sangue e somente nisto difere dos outros tipos de conflito. Seria mais apropriado compará-la ao comércio, que é também um conflito de interesses e de atividades, do que a uma arte qualquer. Ela se aproxima ainda mais da política, que pode ser considerada por sua vez, pelo menos em parte, uma espécie de comércio em larga escala. Além disto, a política é a matéria na qual a guerra se desenvolve: seus contornos rudimentares nela se escondem, como as potencialidades das criaturas em embrião (Aron, 2002, p. 53).

Ao escrever isso, Aron se aproxima de outra célebre abstração do general prussiano, na qual conclui que “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (Clausewitz, 2010, p. 27). Essa conclusão surge ao trazer a guerra absoluta para a realidade, onde numa guerra real, a imposição das vontades de um Estado em detrimento de outro por meio da violência, seria antecedida por diversos acontecimentos e fatores políticos, já que a política seria a “inteligência” do Estado.

Seguindo essa premissa, Aron então difere os termos estratégia e diplomacia da seguinte forma: “Neste sentido, a diplomacia pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto.” (Aron, 2002, p. 73)

Podemos concluir então, que a guerra é a imposição de vontades pelo uso da violência e que a estratégia seria sua forma de condução. Além disso, estariam subordinadas à política, que é a atividade que rege o Estado.

Essa perspectiva, entretanto, não é unânime, e John Keegan é citado como um crítico da obra de Clausewitz, argumentando que este não reconheceu a abrangência da guerra, que vai além da política, abrangendo aspectos culturais e sociais, podendo até mesmo ser a própria cultura em algumas sociedades (Franco Junior, 2018, p.21).

“A guerra não é a continuação da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se essa frase de Clausewitz fosse verdade” (Keegan, 1995, p. 11). O autor explicita a provável confusão na tradução dessa frase de Clausewitz, e ao invés da tradução

significar que a guerra seria a continuação da política por outros meios, ela seria a continuação das “relações políticas”. O que representaria melhor o que expressa o original alemão, dando uma idéia mais complexa e sutil que a tradução mais frequentemente citada. Keegan (1995, p. 11) ainda assim, contesta o pensamento de Clausewitz. O autor afirma que esse pensamento estaria incompleto, já que implicaria “a existência de Estados, de interesses de Estado e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios” (Keegan, 1995, p. 11). Ele continua seu pensamento no tocante a precedência da guerra em relação a própria existência humana. Para Keegan (1995, p. 11) a guerra “atinge os lugares mais secretos do coração humano”, sendo quase um instinto diante do qual seria difícil usar a racionalidade.

“O homem é um animal político”, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar (Keegan, 1995, p. 11).

Já o autor Norberto Bobbio, por sua vez, relaciona diretamente o conceito de guerra com o de paz, afirmando que "o estado de paz só pode ser definido se definido preliminarmente o estado de guerra" (Bobbio apud Franco Junior, 2018, p.21). Ele define a guerra como "o uso da força por dois ou mais grupos políticos para solucionar um conflito", enfatizando a importância dos grupos políticos, do conflito e do uso da força na caracterização desse fenômeno (Bobbio apud Franco Junior, 2018, p. 21).

Nesse contexto, a compreensão da guerra é facilitada pela definição do termo "conflito" por Bobbio, que o descreve como uma situação na qual "as necessidades e os interesses de um indivíduo ou de outro grupo são incompatíveis com aqueles de outro indivíduo ou outro grupo, e, portanto, não podem ser satisfeitos senão com prejuízo de um ou do outro" (Bobbio apud Franco Junior, 2018, p. 22). Esta definição ressalta a existência de choques de vontades e disputas por objetivos comuns como elementos essenciais na caracterização de conflitos. (Franco Junior, 2018, p. 22)

A partir disso, Franco Junior (2018, p. 24) conclui que:

“Da Doutrina de Defesa também se extrai o conceito de Conflito Armado: “O conflito armado é amplamente entendido como um recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem”. (BRASIL,2007, p.22) [o destaque é nosso]. Constata-se, que a Doutrina de Defesa concorda com BOBBIO (2000) quando utiliza a ideia de “grupo político”, o que dá flexibilidade à definição e concorda com CLAUSEWITZ no sentido de que “a guerra se destina a fazer o

adversário satisfazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ apud WRIGHT, 1988, p.4), como já foi explicitado”. (Franco Junior, 2018, p24)

Para expandir o conhecimento sobre esses conceitos, a nossa Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04), o manual do Ministério da Defesa sobre o emprego das FFAA diz que “A guerra é o conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro” (Brasil, 2007, p.22). Em contrapartida, “O conflito armado é amplamente entendido como um recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem” (Brasil, 2007, p.22). Essas definições são feitas para deixar claro a diferença entre essas duas expressões que podem vir a se confundir. Porém, elas se diferenciam “apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a certos requisitos” (Brasil, 2007, p.22-23). Ou seja, para ser considerada a expressão “guerra”, necessita-se de uma declaração formal entre países.

“Por outro lado, o termo ‘conflito armado’ pode traduzir uma ideia de limitação de engajamento do Poder Nacional e de objetivos em jogo” (Brasil, 2007, p.22-23). Ou seja, tensões fronteiriças, embates contra grupos armados por não haver a declaração formal de guerra, pode parecer que não possui o mesmo vulto da guerra em si. Desta forma, o manual emprega, “por questões práticas, os dois termos, indistintamente.” (Brasil, 2007, p. 23)

No entanto, a abordagem do autor Quincy Wright também observa que o conflito na guerra envolve o uso de armas que causam mortes, ferimentos ou capturas de adversários, destacando que a guerra, além da violência armada, pode envolver outras atividades, como a propaganda, frentes econômicas e diplomáticas, que podem ser mais importantes do que a frente militar em conflitos modernos. No entanto, ele ressalta que, se a técnica da violência armada não é empregada ou ameaçada de emprego, a situação de guerra não se configura (Wright apud Franco Junior, 2018, p. 23).

Dessa forma, Franco Junior (2018. p. 27) ressalta a importância de compreender as causas da guerra, particularmente a busca de recursos naturais e energéticos. Ele destaca que as Guerras por Recursos são aquelas nas quais grupos políticos recorrem ao uso da força para resolver conflitos decorrentes da busca pela conquista ou manutenção desses recursos, que podem ser escassos ou de alto valor econômico e estratégico.

Analisando a região na qual estamos inseridos, na América do Sul vivemos uma relativa paz entre os países vizinhos. Diversos fatores contribuem para isso, como iniciativas de cooperação e integração regional como é descrito na PND:

“4.2 A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiança mútua e a favorecer soluções negociadas de eventuais conflitos.

4.3 Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração.” (Brasil, 2016, p. 12)

Entretanto, um outro autor sugere que essa relativa paz latino-americana está relacionada a fatores que moldaram as relações entre os países desde os respectivos processos de independência. Miguel Angel Centeno (2002, p. 26) em linhas gerais, nos mostra que esses países não possuem instituições políticas sofisticadas o suficiente para gerir uma guerra. O que causaria muitos gastos, e teria resultados desastrosos para qualquer lado beligerante.

Centeno (2002, p. 22-26) discute a ausência de guerras de grande escala na América Latina e explora por que isso aconteceu na visão dele. Ele começa destacando que seu objetivo não é apenas entender a natureza da guerra no continente, mas também compreender as consequências desse padrão específico de violência. O autor enfatiza que a guerra é uma lente pela qual se pode analisar as várias experiências na América Latina.

O autor sugere que a guerra desempenhou um papel importante na formação dos estados modernos na Europa, contribuindo para a unidade nacional e a criação de exércitos nacionais. Ele questiona se a paz na América Latina teve consequências negativas, como a falta de coesão e unidade nacional, bem como o desenvolvimento de divisões de classe. O autor também explora os efeitos da guerra total na construção do estado, observando que ela tende a produzir estados mais ricos e poderosos, com maior conexão emocional entre a população e as instituições estatais (Centeno, 2002, p. 22-26).

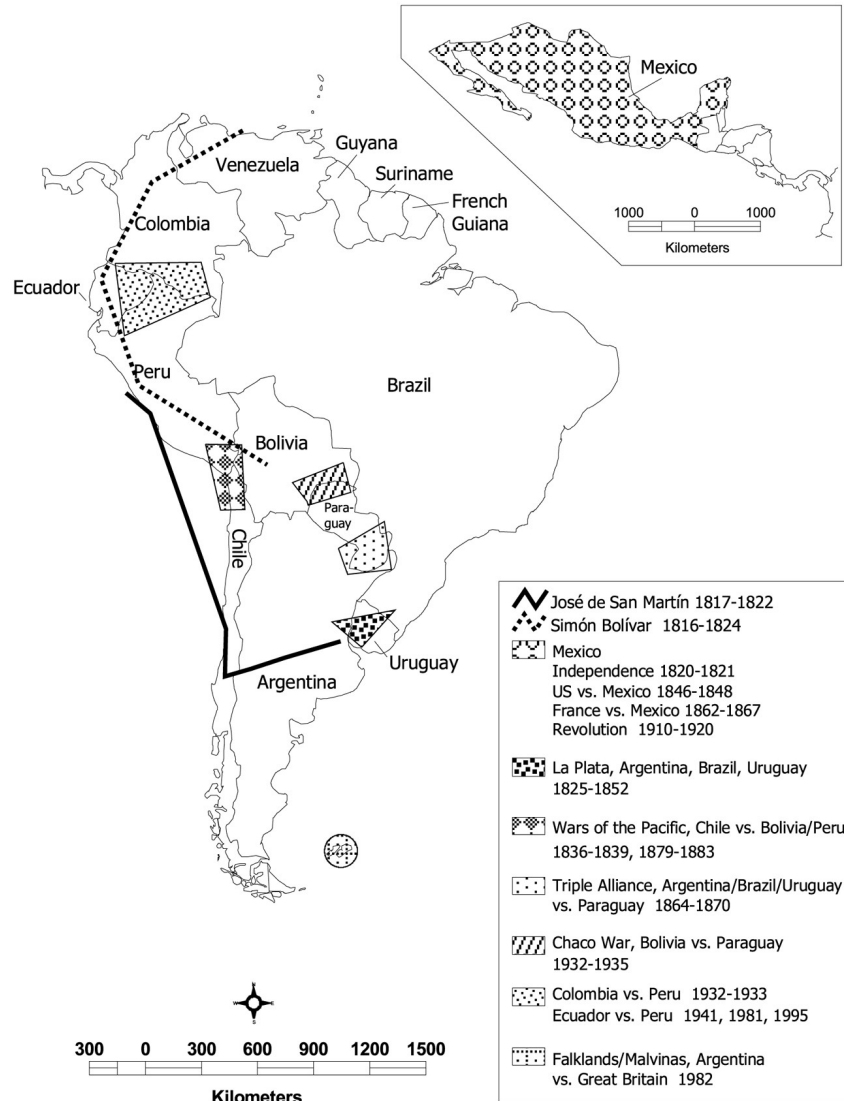
Centeno (2002, p. 22-26) ainda argumenta que a América Latina não seguiu o mesmo caminho de desenvolvimento dos estados europeus, em parte devido à falta de unidade nacional e ao contexto geopolítico internacional. Ele sugere que a independência na América Latina resultou em fragmentos de impérios em vez de novos estados fortes. Além disso, o contexto internacional limitou a capacidade da América Latina de competir globalmente, o que contribuiu para a ausência de conflitos de grande escala.

O autor destaca que a falta de guerra total na América Latina pode ter levado a estados fracos e subdesenvolvidos, incapazes de impor sua autoridade sobre a sociedade. Ele argumenta que o continente enfrentou conflitos internos limitados que não proporcionaram oportunidades para estabelecer um poder estatal sólido. Por isso, ele acredita que a América Latina não experimentou guerras de grande escala devido a uma série de fatores, incluindo a falta de unidade nacional, o contexto internacional e a fraqueza dos estados na região. Ele questiona se essa ausência de guerra total teve um impacto negativo no desenvolvimento dos estados latino-americanos (Centeno, 2002, p. 22-26).

O objetivo de citar este autor não é o fomento a guerra, nem induzir que uma guerra em grande escala seria benéfica para a América do Sul, e sim promover o debate acerca do assunto, trazendo a visão de um autor de origem latino-americana. Isso porque a maioria dos pensadores e autores clássicos não são provenientes da região, o que faz de suas análises influenciadas pelo contexto no qual viveram.

Porém, essa idéia faz sentido quando analisamos a trindade de Clausewitz, na qual um dos pilares, o povo, seria peça importante na guerra (Rodrigues, 2018). Elencando nesse escopo, a falta de unidade nacional como um dos principais fatores para essa relativa paz regional.

Figura 1 - América Latina

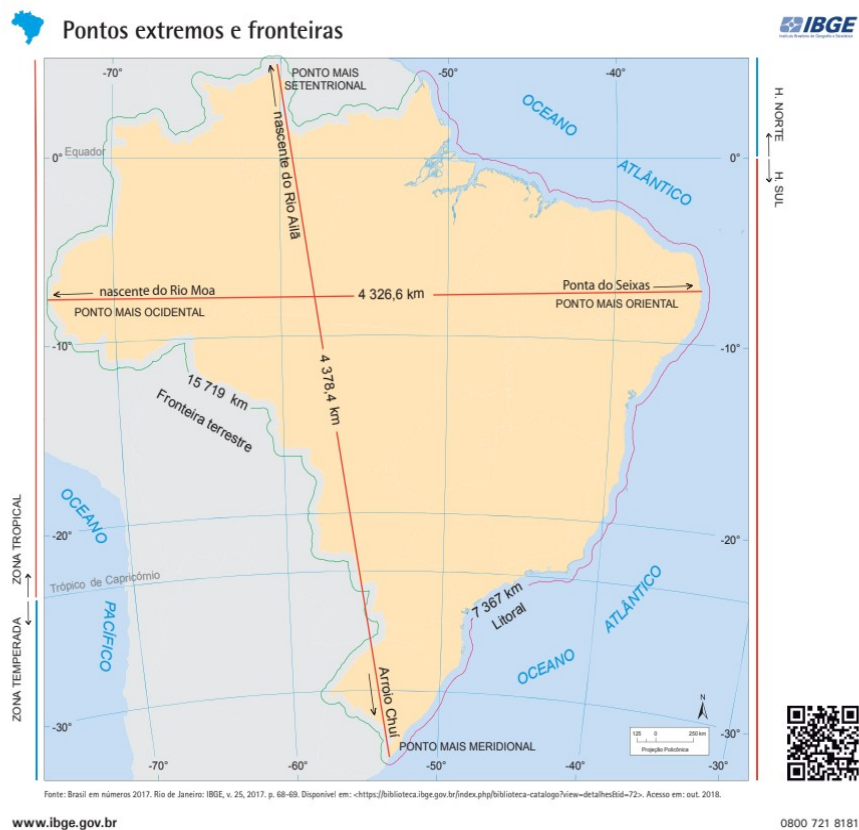


Fonte: Centeno, 2002, p. ii

A despeito desses possíveis fatores, as Forças Armadas possuem como responsabilidade a garantia dos interesses nacionais. Entendemos que a principal forma de resolução de conflitos segue sendo a via diplomática a fim de evitar a beligerância. Porém a violência não é algo esquecido no passado, visto os eventos recentes como o conflito entre Rússia e Ucrânia, deflagrado em fevereiro de 2022. Tal evento, já evidencia a importância da preparação militar dos países para que estejam aptos a contrapor investidas belicosas de outros Estados.

Segundo dados do IBGE (2023), o território brasileiro se estende por aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados, conferindo-lhe uma dimensão que desempenha um papel substancial nas relações internacionais da região. Situado na parte oriental da América do Sul, o Brasil mantém uma conexão terrestre com a maioria dos países sul-americanos, possuindo uma distância de quase 4.400 km do seu ponto mais setentrional ao mais meridional, e do seu ponto mais ocidental ao mais oriental. Além disso, o Brasil partilha suas fronteiras com dez nações num total de 15.719 km de fronteira terrestre, e desta forma compartilha também grande parte dos recursos hídricos da região.

Figura 2 - Brasil



Fonte: https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_pontos_extremos_e_fronteras.pdf

O Brasil, como o maior país em termos econômico, militar e até mesmo na extensão territorial, tem papel extremamente relevante na manutenção dessas relações entre os países sul-americanos, exercendo a liderança regional. Como dito anteriormente, sendo o maior em extensão, acaba sendo o país com maior número de fronteiras da região. E são justamente as fronteiras com outros países as regiões onde podem haver disputas e conflitos de interesses, já

que a exploração de recursos naturais de um país pode influenciar de forma negativa ou positiva os países vizinhos.

1.2. PND e os Recursos Naturais

Como vimos anteriormente, a guerra seria uma continuação da política por outros meios. A fim de tratar dessa dimensão política da guerra em nosso país, são formulados a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). “Fruto de amplo debate com diversos segmentos da sociedade, os documentos norteiam o planejamento setorial de alto nível” (Brasil, 2016). De modo geral, estes documentos norteiam o preparo e emprego das FFAA para o cumprimento de sua missão, qual seja a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais. “A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política” (Brasil, 2016).

Adentrando no escopo da MB, a END diz que:

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz e em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência (Brasil, 2016).

Então, corroborando com o cerne deste trabalho que visa abordar o recurso água, com enfoque nas vias fluviais que se encontram nas regiões de fronteira, a nossa END abarca este assunto, norteando as ações das FFAA. Neste documento, ainda explica o conceito de entorno estratégico:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (Brasil, 2016, p. 12).

Figura 3 - Entorno Estratégico



Fonte: Brasil, 2016

Em 2012, o entorno estratégico brasileiro englobava a América do Sul, o Atlântico Sul e a Costa Ocidental da África. Em contraste, a Minuta de 2016 ampliou esse entorno para incluir o Continente Antártico. As áreas de interesse também se expandiram, passando de apenas o Mar do Caribe em 2012 para incluir a América do Norte e a Europa em 2016. Além disso, a Minuta de 2016 menciona a América Central e o Mar do Caribe como áreas que demandam maior atenção devido a instabilidades e ameaças (Willrich, 2018, p. 8).

Essas mudanças refletem os diferentes contextos políticos e as estratégias dos governos de Lula e Dilma Rousseff. Enquanto o governo de Lula enfatizou a integração regional na América do Sul e promoveu políticas de cooperação e fortalecimento da liderança brasileira na região, o governo de Rousseff teve uma postura mais voltada para questões domésticas e buscou maior cooperação multilateral, incluindo a América do Norte e a Europa (Willrich, 2018, p. 8-11).

Além disso, a importância do Atlântico Sul como entorno estratégico aumentou devido à descoberta de recursos energéticos, tornando-se uma área de interesse global. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) ganhou destaque como um fórum

multilateral de importância para o Brasil na gestão dos recursos e segurança na região (Willrich, 2018, p. 8-17).

Recapitulando o que foi dito pelo autor Michael Klare (2020), podemos dizer que a história da humanidade é uma grande sucessão de guerras por recursos. Ele enfatiza que, após a Segunda Guerra Mundial e a dicotomia ideológica da Guerra Fria, os conflitos do século XXI tenderiam a ser motivados por disputas por recursos naturais. Também existiriam outros fatores como crises econômicas e rivalidades étnicas e políticas entre os atores internacionais. Porém, haveria um entrelaçamento desses fatores moldando cenários regionais, onde as tensões poderiam se acirrar ao passo que a escassez de recursos, principalmente da tríade energia-alimento-água entrasse na equação.

Já para o autor Phillipe LeBillon (2005), a geopolítica dos recursos naturais tem sido uma preocupação estratégica de longa data tanto para estados exportadores quanto para importadores. As preocupações das potências ocidentais com as "guerras de recursos" diminuíram consideravelmente com o fim da Guerra Fria e a maior flexibilidade do comércio internacional, mesmo que sua contínua dependência de suprimentos, o aumento da demanda por matérias-primas e os recentes confrontos armados e instabilidades em áreas-chave, como o Golfo Pérsico, continuem a manter esse tema em sua agenda geopolítica. No entanto, esse aparente progresso não resolveu e até agravou vários outros problemas estratégicos relacionados aos recursos, desta vez principalmente de preocupação para os países exportadores (LeBillon, 2005, p. 22-24).

O primeiro problema relaciona-se à economia política e governança em países dependentes de recursos, muitos dos quais enfrentam um padrão semelhante de colapso do crescimento, corrupção e autoridade estatal deslegitimada. Dada a importância dos recursos naturais na economia ou no potencial econômico de muitos países em desenvolvimento, a questão de traduzir a exploração de recursos em estabilidade política e desenvolvimento econômico permanecerá central nos próximos anos, frequentemente para regiões inteiras (LeBillon, 2005, p. 22).

O segundo problema diz respeito à escala e ao número de conflitos econômicos, ambientais ou sócio-culturais relacionados à exploração de recursos que cada vez mais opõem populações locais, interesses comerciais, o Estado e redes globais de direitos humanos e ambientais. Embora a maioria dos conflitos seja negociada pacificamente ou limitada a movimentos de protesto social e pequenos confrontos, em outros casos, a violência e a

radicalização de ideologias os transformam em guerras civis em larga escala. A oposição organizada aos processos de globalização que não prestam contas aos interesses locais e a crescente demanda por matérias-primas poderiam aumentar essa política e a necessidade de um diálogo mais eficaz (LeBillon, 2005, p. 22-23).

O terceiro problema, de cunho estratégico, é que as receitas dos recursos naturais se tornaram o principal sustentáculo econômico da maioria das guerras no contexto pós-Guerra Fria. Recursos acessíveis e internacionalmente comercializáveis, como diamantes e madeira, sem mencionar as drogas, desempenharam um papel significativo em conflitos em pelo menos 20 países durante a década de 1990. Não se argumenta que essas guerras sejam financiadas ou motivadas apenas pelo controle de recursos, mas que os recursos desempenham um papel proeminente em suas agendas, pelo menos economicamente (LeBillon, 2005, p. 23).

Dada a concentração de guerras em países pobres com poucas fontes de ganho estrangeiro, os recursos provavelmente permanecerão no foco econômico da maioria dos beligerantes nos próximos anos. Mesmo que os "recursos de conflito" sejam submetidos a uma pressão regulatória maior, há a possibilidade de que redes criminosas e empresas inescrupulosas continuem a buscar o comércio, especialmente aquelas já envolvidas no tráfico de armas (LeBillon, 2005, p. 23).

Percebemos então, que os recursos naturais ao serem alvo de disputas podem ser considerados a causa dos futuros conflitos, ou mesmo uma justificativa para o acirramento de questões étnicas e políticas já existentes. Desta forma, é relevante para a soberania nacional pensar e se preparar para possíveis conflitos futuros, que por ventura possam envolver uma disputa por tais recursos.

2. O RECURSO “ÁGUA”

O Brasil, como a quinta maior nação do mundo em termos de extensão territorial, abrange uma área geográfica notável de cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, segundo dados do IBGE. Sua localização na parte oriental da América do Sul implica que partilha fronteiras terrestres com a maioria dos países sul-americanos, com exceção do Chile e do Equador.

Esta vasta extensão territorial do Brasil e sua interface fronteiriça com diversas nações vizinhas têm repercussões significativas nas relações internacionais, com uma ênfase especial na gestão e aproveitamento dos recursos hídricos. Este capítulo se propõe a explorar a importância desse recurso em um contexto internacional, mais especificamente a geopolítica hídrica na América do Sul, bem como os conflitos históricos que surgiram entre os países do "Entorno Estratégico," motivados pela dinâmica do compartilhamento deste recurso tão importante.

Nosso país também apresenta uma rede de rios e bacias hidrográficas, e o compartilhamento com outros países fronteiriços influencia na geopolítica sul-americana. Podemos destacar as bacias dos rios Amazonas, Paraná, Tocantins, entre outras. Além disso, o Brasil é atravessado por diversas hidrovias que conectam o país a nações vizinhas, propiciando as condições logísticas necessárias para o transporte de mercadorias e recursos.

Em levantamentos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cerca de 97,5% da água no planeta é água salgada e, portanto, inadequada para consumo direto ou irrigação. Dos restantes 2,5% de água doce, a maior parte (69%) está localizada em áreas de difícil acesso, como geleiras. Cerca de 30% está armazenada em aquíferos subterrâneos, e apenas 1% está nos rios. Isso mostra a importância de uma boa gestão deste recurso de forma a atender às diversas necessidades da sociedade.

A distribuição hídrica não é baseada nas fronteiras políticas entre estados, e quase metade da superfície da Terra é composta por bacias hidrográficas compartilhadas por dois ou mais países. O Brasil compartilha aproximadamente 82 rios com nações vizinhas, incluindo bacias como a Amazônica e a do Prata, além dos sistemas aquíferos Guarani e Amazônico. Esse cenário oferece inúmeras oportunidades para cooperação e relacionamentos construtivos entre nações.

2.1. Geopolítica

A Geopolítica, como campo de estudo, teve sua gênese no início do século XX, quando a academia se atenta para a influência dos fatores geográficos e naturais sobre as decisões políticas e a busca pelo poder nos contextos internacionais. Em especial, três autores cabem destaque:

Alfred Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1861-1947) e Nicholas Spykman (1893-1943) são, sem dúvida, os *Founding Fathers* da Geopolítica. Sua relevância permanece viva. Professores – Mahan no Colégio Naval dos EUA; Mackinder em Oxford e na London School of Economics; e Spykman em Yale –, a influência de suas ideias ultrapassou, em muito, as fronteiras da academia. Os três autores foram, a seu modo, conselheiros do príncipe: Mahan dos EUA, em ascensão na virada do século XIX; Mackinder do Império Britânico, que buscava preservar seus domínios e status no início do século XX; Spykman dos EUA, que se afirmavam como potência mundial, diante de desafios em meados do século XX. Seus conselhos foram dados por meio de conceitos e mapas geopolíticos (Baracuh, 2021, p. 12).

Um marco significativo nesse processo foi a publicação do artigo "*The Geographical Pivot of History*" pelo geógrafo britânico Halford John Mackinder. Este trabalho trouxe à luz da comunidade internacional a Teoria do *Heartland*, considerada a culminação das teorias geopolíticas e estratégicas associadas ao poder terrestre. O *Heartland* era identificado como o epicentro da vasta extensão eurasiática, coincidindo, do ponto de vista geopolítico, com as fronteiras russas no início do século. Segundo o autor, quem dominasse essa região pivô, dominaria o mundo. Neste trecho, já na conclusão Mackinder (1904, p. 437) externa a importância da região para a geopolítica global:

A reviravolta do equilíbrio de poder em favor do Estado pivô, resultando em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso de vastos recursos continentais para a construção de frotas navais, e o império mundial estaria à vista. Isso poderia acontecer se a Alemanha se aliasse à Rússia. A ameaça de um tal evento poderia, conseqüentemente, jogar a França dentro de uma aliança com potências marítimas, e França, Itália, Egito, Índia e Coreia tornar-se-iam várias cabeças de ponte onde marinhas estrangeiras poderiam apoiar exércitos para compelir os aliados pivôs a prepararem forças terrestres, prevenindo-os de concentrar toda sua força em embarcações.

(...) Em conclusão, seria correto apontar que a implantação de algum novo controle da área interior, em substituição ao controle da Rússia, não tenderia a reduzir o significado geográfico da posição pivô. Fossem os chineses, por exemplo, organizados pelos japoneses para derrotar o império russo e conquistar seu território, eles poderiam instituir o perigo amarelo para a liberdade do mundo simplesmente porque adicionariam uma frente oceânica aos recursos do grande continente, uma vantagem de que até hoje não puderam gozar os russos ocupantes da região pivô (Mackinder, 2011, p. 99).

Outro pensador da época, o alemão Karl Haushofer, apesar de se contrapor a Mackinder politicamente no cenário internacional, no espectro teórico cancelava as ideias de seu antagonista de que a nação que conseguisse controlar regiões estratégicas isoladas por meios terrestres, como o *Heartland*, possuiria a capacidade de influenciar o sistema global.

Além disso, Mackinder já alertava que, em um cenário de competição pela hegemonia global entre as principais potências, a rivalidade histórica se concentraria em dois polos antagônicos: o poder terrestre e o poder marítimo. O poder terrestre desfrutaria de uma vantagem substancial sobre o poder marítimo, com os Estados que controlassem as massas terrestres isoladas detendo uma proteção natural contra possíveis ataques do poder marítimo. Essas áreas isoladas seriam consideradas fortalezas naturais com acesso restrito e, conseqüentemente, de difícil transposição. (Mello, 1999, p. 71-87)

Nesse sentido, o general-geógrafo alemão opunha-se a uma guerra contra a Rússia, pois sabia ser quase impossível conquistar um Estado-pivô de dimensões continentais que tinha à sua retaguarda os imensos recursos e os grandes espaços do *Heartland* eurasiático. Para Haushofer, o fracasso da campanha napoleônica na Rússia no século passado e, em sua época, o impasse em que se encontrava o Japão na guerra contra a China confirmavam a tese de Mackinder sobre os riscos inerentes à invasão de um país com vasta retaguarda continental, grandes contingentes populacionais e a vantagem estratégica de manobrar a partir de linhas interiores (Mello, 1999, p. 79).

Agora em contraposição às teorias do poder terrestre, surgiram as teorias do poder marítimo, lideradas pelo autor Alfred Thayer Mahan. Ele argumentava que a nação que dominasse as rotas marítimas teria a vantagem estratégica na busca pela hegemonia global. No entanto, elas não se concentravam apenas no domínio das rotas marítimas, mas também discutia conflitos diplomáticos e até militares relacionados ao acesso às bacias hidrográficas que estavam ligadas às rotas oceânicas, resultando em disputas transfronteiriças relacionadas às nascentes ou à foz dos rios.

O destino geopolítico do mundo não estaria no controle do “*heartland*”, como viria a propor mais tarde Mackinder, mas no controle do que Mahan denominaria o “*great common*”: a supremacia naval e o domínio dos mares, artérias do comércio internacional e meio de projeção de poder. A capacidade de projetar poder naval e de exercer pressão sobre as bordas continentais da Ásia afetaria a capacidade de movimentação geoestratégica, diplomática e comercial das eventuais potências terrestres na região. Hoje, basta recordar a noção das “*two island-chains*” dos estrategistas norte-americanos e a presença dos EUA e de seu sistema de alianças diplomáticas e militares no Mar da China, para compreender a noção de Mahan (Baracuhy, 2021, p.27).

Outro ponto enfatizado pelos teóricos do poder marítimo é a estratégia relacionada à posse de saídas para o mar, consideradas fundamentais para garantir o acesso das nações às rotas oceânicas que circundam seu território. As teorias do poder marítimo também ressaltam a importância de garantir o acesso às costas opostas do território e às principais rotas de suprimento marítimo.

A primeira e mais óbvia forma pela qual o mar se apresenta do ponto de vista político e social é o de uma grande rodovia; ou melhor, de um bem comum pelo qual indivíduos trafegam por todas as direções. Eles o fazem mais por algumas

vias, e há razões que explicam a opção por certas rotas em detrimento de outras. Essas rotas de viagem mais trafegadas são chamadas de comerciais, e as origens de seus respectivos traçados devem ser buscadas na história mundial (Baracuh, 2021, p. 55).

Já Nicholas J. Spykman, introduziu a ideia de que os Estados deveriam combinar o poder terrestre e o poder marítimo, juntamente com a capacidade aérea, a fim de construir mecanismos de defesa eficazes e garantir sua segurança. Ele desenvolveu uma teoria híbrida que reconhecia a importância tanto do poder terrestre quanto do poder marítimo na busca pela hegemonia. Além disso, ele defendeu que as potências do leste (continente eurasiático) não deveriam se envolver nas questões geopolíticas e de segurança das Américas, favorecendo a autonomia das dinâmicas regionais para resolver seus problemas. (Mello, 1999, p. 93-133)

Spykman oferece um novo ângulo ao mapa de Mackinder e chega a conclusões distintas. Em especial, o “*heartland*” perde sua característica de invulnerabilidade com a inclusão do “*rimland*”. O pivô da história não estaria no controle do “coração continental” (“*heartland*”) da Eurásia, mas sim da “borda continental” (“*rimland*”) da Eurásia. A ideia é revolucionária: Mackinder enxergou o equilíbrio de poder eurasiático; Spykman, o equilíbrio de poder global e o peso dos EUA nos rumos eurasiáticos (Baracuh, p. 33).

Levantamos, principalmente estes conceitos e autores da geopolítica clássica, para servir de base ao entendimento da importância deste estudo para a continuidade deste trabalho na análise da geopolítica do Brasil com foco nas guerras por recursos. Percebemos então, a importância de rever os autores clássicos, já que o que foi postulado por eles, até hoje serve como arcabouço teórico para pensadores subsequentes.

A Geopolítica sempre teve vocação prática, unindo uma concepção estratégica do mapa-múndi ao imperativo da ação política, diplomática e militar. Como ficará evidente, a partir da leitura deste livro, a originalidade da Geopolítica Clássica como pensamento e análise não se perdeu com o tempo. Quando desempoeiramos os volumes de Mahan, Mackinder e Spykman, deparamo-nos com linhas estruturais do poder e da morfologia estratégica, a clareza de padrões geopolíticos que transcendem os fogos de artifício das relações internacionais. Mapas geopolíticos, ontem e hoje, retratam e sintetizam algo essencial sobre a política mundial. A base do pensamento grande-estratégico que deve orientar a ação da política externa começa no mapa das chancelarias de que falava Spykman. Conhecer os fundamentos clássicos da Geopolítica, perceber como ainda estão presentes aspectos à primeira vista distantes da evolução histórica do sistema internacional talvez ensine afinidades valiosas com o passado e prepare para incertezas de cenários futuros. Parecerá sempre útil e nunca tarde demais, se quisermos compreender o mundo contemporâneo e as condições de inserção internacional do Brasil, voltar ao pensamento geopolítico clássico (Baracuh, 2021, p. 44).

2.2. Geopolítica do Brasil (Água)

Entendendo então, a geopolítica como a área do conhecimento que estuda como os fatores geográficos influenciam a política internacional e a dinâmica entre os países, daremos enfoque neste momento na geopolítica do Brasil, centrada no recurso natural “água”. Um dos grandes pensadores da geopolítica brasileira, Mario Travassos estudou e teve grande influência dos pensadores da geopolítica clássica citados anteriormente.

Na obra ‘Projeção Continental do Brasil’, o General Mario Travassos apresenta um conjunto de reflexões e recomendações geopolíticas de grande importância para entender a inserção internacional do Brasil na América do Sul. A obra é vista como uma das bases do pensamento geopolítico brasileiro e influenciou muitos pensadores e estrategistas do país nas décadas seguintes.

Travassos (1938, p. 3-5) visualizava que dois grandes antagonismos regiam a geopolítica sul-americana. “Esses antagonismos, se de certo modo separam, como de resto todos os antagonismos, podem traduzir, se conjugados, as verdadeiras forças criadoras do quanto se passa nos domínios políticos e econômicos da atividade sul-americana” (Travassos, 1938, p. 3). Segundo o autor, esses antagonismos seriam:

- um, abrangendo todo o continente, em suas causas como em seus efeitos - traduz-se pela oposição das duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico;
- outro, interessando diretamente a vertente atlântica - é a oposição das duas grandes bacias que se engravam nela, a do Amazonas e a do Prata, e podem ser facilmente constatados ao mais breve relance sobre uma carta geográfica da América do Sul (Travassos, 1938, p. 3-5).

Ou seja, o primeiro antagonismo observado diz respeito aos dois oceanos que circundam a América do Sul: a oeste o Oceano Pacífico, e a leste o Oceano Atlântico. E o segundo antagonismo diz respeito às duas grandes bacias hidrográficas no centro do continente: a bacia Amazônica e a bacia do Prata. Os dois antagonismos dizem respeito ao uso e gestão da água.

Travassos defendia a identificação e análise dos imperativos geopolíticos do Brasil na América do Sul. Ele entendia que os Estados tinham a tendência de buscarem objetivos geopolíticos como dominar as bacias hidrográficas e estender sua influência territorial. Reconhecia também, o interesse dos Estados Unidos no que diz respeito à influência na América do Sul. Desta forma, o Brasil deveria projetar sua influência sobre a Bolívia, neutralizando a crescente influência argentina e, assim, impedindo a expansão do poder norte-americano na região.

A obra também abordava a importância das comunicações e da infraestrutura de transporte, enfatizando a necessidade de integrar o território brasileiro e estabelecer políticas que permitissem a expansão do poder nacional em bases territoriais.

Somando o conceito dos antagonismos postulados por Travassos, influência dos EUA na América do Sul e a necessidade de neutralizar a ascensão argentina, podemos perceber que esses imperativos para a geopolítica brasileira se materializavam no território boliviano formando um triângulo compreendido pelas cidades Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre onde poderiam entrar em choque os interesses brasileiros (bacia Amazônica), argentinos (bacia do Prata) e bolivianos (Cordilheira dos Andes) (Travassos, 1938, p. 24-40).

No escopo da importância dos recursos hídricos para a geopolítica, como destacava Mario Travassos, o autor Aaron Wolf (1998) ao escrever seu artigo "*Conflict and cooperation along international waterways*" trata do tema "Água e Conflito" e explora a relação entre recursos hídricos e potenciais causas de conflitos armados entre estados. Ele inicia discutindo a crescente literatura que descreve a água como uma possível causa histórica e futura de guerras interestatais. Neste artigo, ele faz referência a diversos autores, que destacam a competição por recursos hídricos como uma fonte de tensões políticas e conflitos armados.

Em seguida, o autor faz uma análise crítica das evidências históricas citadas por esses autores, questionando a classificação de alguns casos como conflitos relacionados à água. Ele aponta que muitos desses casos envolvem tensões políticas e estabilidade regional, mas não levaram a conflitos armados diretos. Além disso, o autor destaca que os exemplos mais citados de conflitos relacionados à água envolvem guerras entre Israel e seus vizinhos, como a Guerra dos Seis Dias de 1967. (Wolf, 1998, p. 253)

No entanto, Wolf (1998) argumenta que a falta de evidências sólidas para a relação direta entre recursos hídricos e conflitos armados não significa que a água não desempenhe um papel importante na estabilidade política. Ele menciona conflitos internos relacionados à água, como disputas por direitos de pesca, acesso a portos e limites de rios, que podem levar a tensões políticas e violência em níveis subnacionais. Essa análise é muito importante, já que esse tipo de tensão envolvendo a água também gera uma desestabilização nos países nos quais ocorre.

Em suas ideias também destaca a importância da cooperação em bacias hidrográficas internacionais e menciona a existência de mais de 3.600 tratados relacionados a recursos hídricos internacionais. O autor argumenta que a cooperação e a negociação costumam

prevalecer sobre o conflito em bacias compartilhadas, devido aos interesses compartilhados entre os Estados ribeirinhos. Ele enfatiza que a criação de instituições de gerenciamento de água bem antes de crises é fundamental para prevenir conflitos (Wolf, 1998, p. 256-259).

Já a autora Elis Pinto (2017), em seu artigo "Geopolítica da Água", discute a distribuição desigual da água no mundo e como essa distribuição está intrinsecamente ligada a questões políticas. A autora enfatiza que a escassez de água não é causada apenas por fatores naturais, como mudanças climáticas, mas também por fatores políticos e econômicos.

Pinto (2017) destaca que o controle de grandes quantidades de água é essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento de qualquer sociedade, e ao longo da história, a posse de recursos hídricos tem sido a causa de conflitos e até mesmo guerras entre nações. Ela cita exemplos históricos de conflitos relacionados à água, como o Código de Hamurabi na Suméria, a Guerra do Peloponeso e as ações de Alexandre, o Grande.

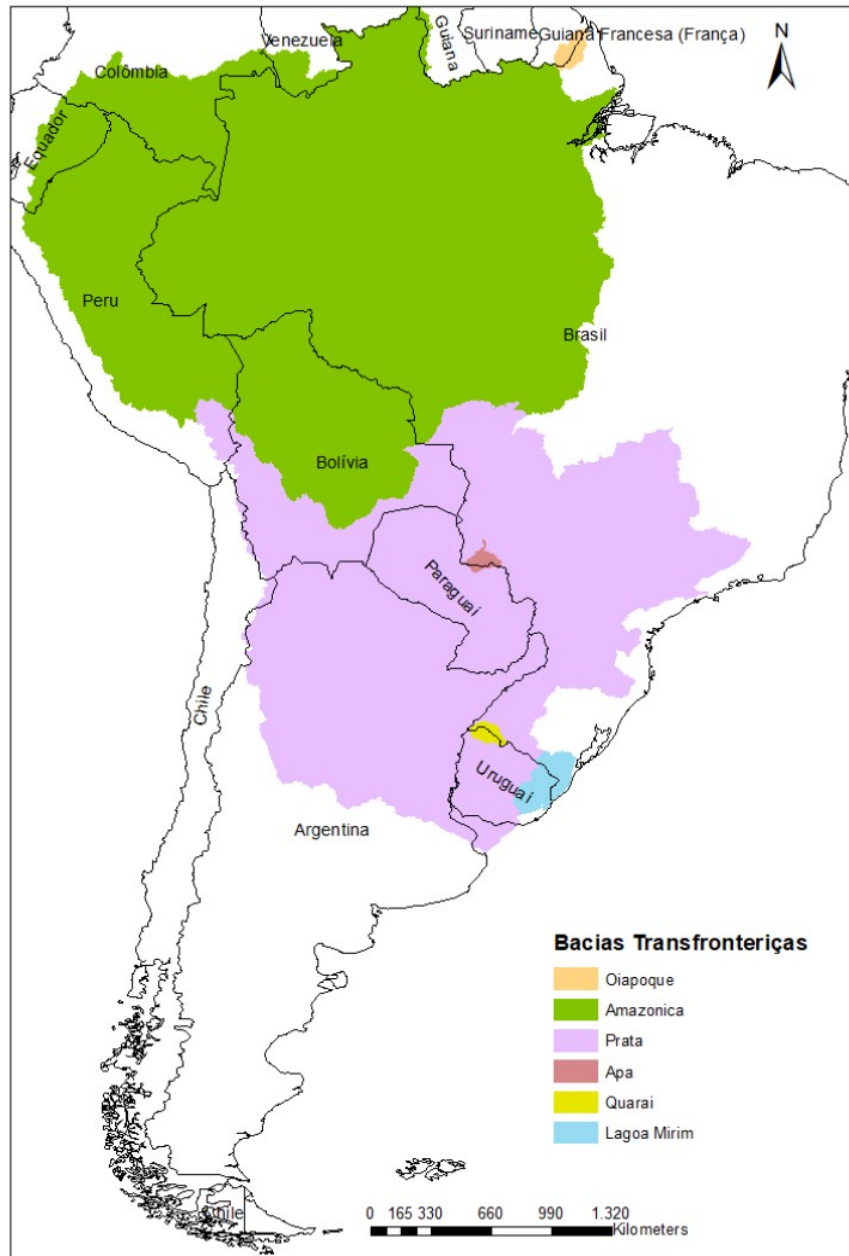
Assim como as riquezas são distribuídas de forma irregular entre as nações, por questões políticas a distribuição da água deve ser analisada nessa mesma perspectiva, pois não se pode considerar que a sua distribuição natural desigual e as mudanças climáticas sejam apontadas como únicas causas da atual crise hídrica global. O domínio por territórios de grandes quantidades de água é um fator fundamental para que qualquer sociedade possa garantir a sua sobrevivência e desenvolvimento, e que tem gerado muitas guerras desde milhares de anos antes de Cristo até os dias de hoje. Em 1790 a.C, na Suméria, o Código de Hamurabi estabelecia penas rigorosas contra o roubo de água. Em 430 a.C, na Guerra pelo Peloponeso, os espartanos foram acusados de envenenar os poços no Porto de Pireu, fonte de abastecimento de água de Atenas. E em 323 a.C, Alexandre O Grande, destruiu represas construídas ao longo do rio Tigre, para prejudicar a navegação persa (Pinto, 2017, p. 21-22).

A autora também discute a distribuição desigual de água doce no mundo, ao citar o autor Wagner Ribeiro (Pinto, 2017, p. 22-23), onde ele diz que apenas 3% da água na superfície da Terra é doce, e a maior parte disso está em áreas de difícil acesso, como geleiras. Ela menciona a importância da água virtual, que é usada na produção de mercadorias na agricultura e indústria, e como o consumo de água varia de acordo com a renda dos países, com países ricos consumindo mais água na indústria.

De modo geral, observa-se que a água está envolvida em uma grande parte dos conflitos (Pinto, 2017, p. 30). E “geralmente as desavenças pela água são anunciadas em relação a países onde há um histórico de animosidade e ressentimentos” (Queiroz, 2011, p. 87). Então ressalta-se a importância das relações internacionais e política externa dos países que compartilham esses recursos, já que a água pode ser usada apenas como o estopim de um conflito já iminente. “A gestão das bacias hidrográficas internacionais nunca foi tão

importante quanto hoje, reconfigurando a posição estratégica de países ao longo do curso dos rios” (Pinto, 2017, p. 30).

Figura 4 - Bacias



Fonte: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/54891117-5f06-4cdc-b929-fcd4b50eec08/attachments/648.png>

Então, vimos que é amplamente aceito na teoria das Relações Internacionais que os conflitos internacionais frequentemente derivam da busca por poder e segurança, o que pode incluir o acesso a recursos naturais, como água. As modificações ambientais globais têm o potencial de desestabilizar a economia, a política e a sociedade, e a falta ou negação de recursos hídricos pode levar a diversos mecanismos de obtenção, incluindo a persuasão, o uso da força e ação legal (Fuccile; Carlos; Leite, 2017).

Nesse cenário, os recursos hídricos desempenham um papel estratégico fundamental não apenas para a subsistência humana, mas também para a indústria, geração de energia, transporte, fronteiras e conexões. Eles também são essenciais para a proteção ambiental e a produção de alimentos (Fuccile; Carlos; Leite, 2017, p. 64-66).

A água, no entanto, é um recurso que não reconhece fronteiras políticas, o que a torna um potencial ponto de conflito entre estados. Apesar disso, a cooperação e a negociação são preferíveis para resolver disputas relacionadas à água. A demanda crescente por água, a diminuição dos recursos subterrâneos, o aumento da poluição e os investimentos em infraestrutura e tratamento são fatores que aumentam a probabilidade de conflitos relacionados à água (Fuccile; Carlos; Leite, 2017, p. 64-66).

A preocupação com recursos ambientais e conflitos entre estados no pós-Guerra Fria aumentou a conscientização sobre a "segurança ambiental." A água desempenha um papel crucial nesse contexto, pois se tornou um foco de segurança internacional devido ao seu potencial para conflitos. Isso é particularmente evidente em regiões como o Oriente Médio e o sul da Ásia (Fuccile; Carlos; Leite, 2017, p. 67).

Fuccile, Carlos e Leite (2017, p. 68-69) em seu artigo nos mostram que diversas teorias foram propostas para entender a relação entre segurança internacional e água. O Complexo Hidropolítico de Segurança (CHS) destaca a interdependência entre estados que compartilham recursos hídricos transfronteiriços e como essa interdependência influencia a segurança. No entanto, a ampliação do conceito de segurança para incluir preocupações ambientais também gerou debates sobre como evitar a banalização do termo "segurança".

Além do CHS, os Estudos Críticos de Segurança destacam a necessidade de considerar o bem-estar humano, a pobreza, o subdesenvolvimento e a fome como fatores que podem gerar instabilidade nas políticas nacionais e internacionais. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais ampla para entender a segurança internacional que transcenda as fronteiras estatais e se concentre no bem-estar das populações (Fuccile; Carlos; Leite, 2017, p. 68-69).

Somando então, as idéias de Elis Pinto e Mario Travassos, aliadas a alguns conceitos citados de Fuccile, Carlos e Leite chegamos ao panorama da questão hídrica brasileira. Duas das cinco maiores bacias hidrográficas do mundo estão na América do Sul (eCycle, 2023) . O maior aquífero mundial situa-se numa área compartilhada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. “O Brasil compartilha cerca de 82 rios com os países vizinhos, incluindo importantes bacias como a do Amazonas e a do Prata, além de compartilhar os sistemas de aquíferos Guarani e Amazonas” (ANA, 2023).

Concluimos então, que a Geopolítica é considerada uma ferramenta para compreender a questão dos recursos naturais, considerados bens comuns, e como esses recursos afetam as relações entre Estados que buscam sua posse e utilização. Isso é particularmente relevante no contexto da América do Sul, que é rica em recursos naturais como a água. A compreensão das teorias geopolíticas do poder terrestre e do poder marítimo é fundamental para analisar as questões de segurança e as relações internacionais na região, especialmente no que diz respeito ao controle de recursos e à proteção de rotas e bacias hidrográficas, como pudemos ver na teoria dos CHS.

A água desempenha um papel importante na geopolítica da América do Sul, e o Brasil, como o maior país da região, desempenha um papel igualmente relevante nesse contexto. A abundância de recursos hídricos, juntamente com a crescente demanda por água, torna a gestão e a cooperação regional essenciais para garantir o acesso equitativo e a segurança hídrica.

Ademais, a presença de recursos naturais, principalmente minerais e hídricos na região, de acordo com a teoria de Mackinder, pode ser considerada estratégica para os Estados que dela fazem parte. Isso pode levar a conflitos entre países sul-americanos e até mesmo potências externas em busca do controle desses recursos.

3. IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA

No primeiro capítulo trouxemos os conceitos de guerra e das guerras por recursos, e exploramos nosso PEM-2040, mostrando que deve ser dada atenção à proteção dos nossos recursos naturais, já que podem ser alvo de disputas com outros países. No segundo capítulo, exploramos os conceitos de pensadores da geopolítica clássica, e demos enfoque na geopolítica da América do Sul e do Brasil, podendo verificar a importância dos recursos hídricos nas relações regionais. Neste capítulo, procuramos traçar as conexões entre tudo que já foi discorrido no trabalho, com a Defesa Nacional, dando um enfoque na organização do Corpo de Fuzileiros Navais, a fim de verificar o alinhamento da doutrina e organização deste corpo, com as necessidades nacionais no âmbito dos recursos naturais.

Desta forma, precisamos pensar nos estudos estratégicos como área do conhecimento, para entender a ligação do tema deste trabalho com o curso de pós-graduação para o qual este trabalho se destina. O Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo, Doutor por Notório Saber por esta instituição, nos define que:

(...) a denominação ‘Estudos Estratégicos’ refere-se a um conjunto temático dado pelo seu objeto, ‘Defesa Nacional/Segurança Internacional’. Ambas requerem trabalho multidisciplinar, mas, no caso, dos Estudos Estratégicos ressalta o caráter político, pois o complexo ‘Defesa Nacional/Segurança Internacional’ diz respeito ao fenômeno do poder do Estado (sua própria existência como tal, ou sua ‘soberania’).(Figueiredo, 2015, p. 121)

Ou seja, a despeito das diversas conotações adotadas hoje para o sentido da palavra “estratégia”, os estudos estratégicos estão relacionados à etimologia desta palavra que remete ao comando de exércitos. Ou seja, estamos falando de temas que envolvem o emprego de forças militares, de violência e guerra.

Neste trecho do trabalho do Pr. Dr. Eurico Figueiredo, aparece outra palavra que muito se relaciona com o trabalho em questão, a qual seria “soberania”. Para abordarmos o conceito de tal palavra, voltaremos ao marco histórico que definiu a ideia de soberania nacional na forma mais próxima da ideia que temos hoje. A Paz de Westfália, que aconteceu no ano de 1648, “é um tratado tido comumente como o primeiro acordo internacional tendo em vista garantir a soberania dos Estados, com as promessas de não intervenção entre eles e separação entre os mundos político e religioso” (Romano, 2012).

Realizando uma breve contextualização histórica, a Paz de Westfália foi concretizada em 1648 por meio da assinatura de dois tratados de paz nas cidades alemãs de Münster e Osnabrück, e pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, um conflito que marcou o século XVII como

um dos mais sangrentos da história. As causas dessa guerra residiam em questões religiosas, em particular pela Reforma Protestante. No ano de 1648, a Europa estava devastada após três décadas de conflito, e os Tratados da Paz de Westfália conseguiram restaurar a paz e estabelecer uma nova ordem mundial (Romano, 2012).

Podemos abstrair das ideias de Romano (2012) que as transformações decorrentes da Paz de Westfália são importantes para o entendimento das Relações Internacionais. Isso porque a paz na Europa foi assegurada por meio do estabelecimento de princípios fundamentais, como a soberania dos Estados, a não interferência nos assuntos internos de outros Estados, a igualdade de direitos e obrigações entre Estados. Isso significava que os Estados passaram a ter o direito de tomar decisões soberanas, sem a influência de outros Estados.

Inclusive, hoje em nossa Constituição Federal de 1988, no Artigo 1º sobre os princípios fundamentais diz que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania” (Brasil, [2020]). Ou seja, nosso país é soberano sobre si, e tem essa soberania reconhecida internacionalmente.

Logo, se o complexo Defesa Nacional / Segurança Internacional diz respeito ao fenômeno do poder do Estado, ou sua soberania (Figueiredo, 2015, p. 112), e segundo o Artigo 142 “As Forças Armadas (...) destinam-se à defesa da Pátria” (Brasil, [2020]), podemos dizer que todo assunto que possa influenciar na soberania nacional terá implicações para a Defesa Nacional.

3.1. Tensões Históricas e Possibilidades Futuras

Após levantamento de dados sobre conflitos já ocorridos onde a água esteve envolvida na América Latina, observamos um total de 121 casos (World Water, 2023). Esse número representa o total de conflitos levantados pela organização World Water (2023), e inclui todo tipo de conflito, desde os casuais e internos, até os conflitos armados e internacionais. Com isso, torna-se evidente que a água desempenha um papel significativo ao longo de toda a história de conflitos. A Geopolítica da Água possui um papel relevante no posicionamento estratégico dos países que compartilham das bacias hidrográficas.

Como estamos falando de implicações para Defesa Nacional, dentre os conflitos levantados, cabe destacar o conflito entre Brasil e Paraguai (1962-1967), que envolveu o

desenvolvimento às margens do rio Paraná e resultou em demonstrações unilaterais de força militar por parte do Brasil, que buscava o controle da região das Cataratas de Guaira. As tropas brasileiras recuaram somente após a criação de uma comissão conjunta para examinar o desenvolvimento da região.

No governo do general paraguaio Alfredo Stroessner, que assumiu o poder em agosto de 1954, tinha sido inicialmente visto com simpatia pelo Brasil. Isso se deve em parte ao fato de que Stroessner havia estudado no Brasil, onde "havia cursado estudos de aperfeiçoamento profissional" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 160). Inicialmente, parecia que as relações entre o Brasil e o Paraguai poderiam ser fortalecidas com a ascensão de Stroessner ao poder.

No entanto, essa simpatia não se traduziu em uma aliança próxima entre os dois países, conforme inicialmente esperado. À medida que o governo de Stroessner avançava, as expectativas em relação a uma união econômica mais estreita com a Argentina começaram a diminuir. Foi percebido que o presidente paraguaio "não compartilhava o pensamento da forçosa dependência do Paraguai com respeito à Argentina" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 160). Esse desvio de expectativas já contribuiu para uma tensão sutil nas relações entre o Brasil e o Paraguai.

A concessão de asilo ao general Juan Domingo Perón e a outros peronistas, após a destituição de Perón na Argentina em setembro de 1955, desempenhou um papel importante no acirramento das tensões entre o Brasil e o Paraguai. O governo militar argentino que sucedeu a Perón era contrário ao peronismo, e isso impactou negativamente as relações entre a Argentina e o Paraguai. O governo paraguaio de Stroessner abrigou peronistas, o que desencadeou uma deterioração nas relações argentino-paraguaias (Yegros; Brezzo, 2013, p. 160)

Essa deterioração foi acentuada pelo fato de que o governo militar argentino instaurado em Buenos Aires era contrário ao peronismo. Como resultado, "o governo militar, de caráter contrário ao peronismo instaurado em Buenos Aires, deu ímpeto a conspirações dos opositores paraguaios para derrubar o regime de Stroessner e isso contribuiu para manter o distanciamento entre Buenos Aires e Assunção" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 160). Portanto, o asilo a Perón e aos peronistas agravou as tensões nas relações do Paraguai com a Argentina e, por tabela, com o Brasil.

Um dos principais focos de tensão nas relações Brasil-Paraguai durante esse período foi a disputa sobre o domínio do Salto do Guairá ou Salto das Sete Quedas. A Comissão Mista

Paraguaio-Brasileira Demarcadora de Limites realizou trabalhos para caracterizar a linha de fronteira entre os dois países. A controvérsia surgiu quando os demarcadores paraguaios sustentaram que a demarcação deveria seguir o ramal norte da cordilheira de Mbaracayú, enquanto os brasileiros alegaram que o limite era o ramal sul, invocando trabalhos demarcatórios anteriores (Yegros; Brezzo, 2013, p. 160)

Essa disputa tinha sérias implicações, uma vez que estava relacionada ao aproveitamento hidrelétrico do Salto do Guairá. O Paraguai buscava assegurar o condomínio do salto, enquanto o Brasil insistia em seu domínio exclusivo. Essa disputa se desenrolou durante a década de 1960 e desencadeou uma série de tensões nas relações bilaterais, incluindo a presença de destacamentos militares brasileiros em áreas reivindicadas pelo Paraguai.

Em fevereiro de 1962, informações jornalísticas revelaram que o Ministério de Minas e Energia do Brasil havia contratado os serviços do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz para elaborar um relatório sobre o aproveitamento integral do Salto das Sete Quedas no rio Paraná. Em março seguinte, o governo do Paraguai dirigiu-se ao do Brasil para mostrar-lhe que até que “a demarcação de limites e a caracterização de fronteiras ficasse concluída, nenhum dos dois governos, nem o dos Estados Unidos do Brasil nem o da República do Paraguai poderia propôr unilateralmente o aproveitamento integral da energia hidráulica do Salto do Guairá”.

Mais de seis meses depois, em setembro de 1962, o governo brasileiro respondeu sustentando a posse de seu país sobre o conjunto do salto, reconhecida pela Comissão Mista que demarcou os limites entre 1872 e 1874, e expressou que não tinha por que esperar a conclusão dos trabalhos em curso, que a seu juízo só eram de “densificação” de marcos entre os já demarcados.

Na réplica paraguaia, de junho de 1963, afirmou-se que o Salto do Guairá “não somente não está situado integralmente em território do Brasil, mas que a República do Paraguai tem direitos de soberania territorial sobre sua margem ocidental, e em consequência, direitos de soberania fluvial e direitos de condomínio sobre as águas, quando possam ser utilizados quaisquer de seus recursos”. Por conseguinte, o governo paraguaio sugeriu que os dois países estudassem conjuntamente as bases de um acordo para a utilização integral da energia hidráulica das águas do salto.

Apesar de sua terminante posição inicial, o Brasil foi mostrando certa abertura. Mas o ambiente se complicou de novo quando, em junho de 1965, um destacamento militar brasileiro instalou-se na zona reclamada pelo Paraguai. O fato deu lugar a trocas de notas, incidentes e uma agressividade crescente da imprensa e a opinião pública do Paraguai para com o Brasil. Na mensagem ao Congresso de 1966, o presidente Stroessner assegurou que o governo paraguaio considerava “absolutamente necessário o abandono da zona não caracterizada por qualquer força militar de ocupação, fato que também é indispensável para o normal e rápido restabelecimento da cordialidade das relações que anteriormente existia entre os dois países” (Yegros; Brezzo, 2013, p. 162-163).

Apesar das tensões iniciais e das disputas, ambos os países foram capazes de resolver parte de suas diferenças e estabelecer acordos para a divisão de energia hidrelétrica. Em uma reunião em Foz do Iguaçu, em 1966, os países concordaram que a energia elétrica produzida pelos desníveis do rio Paraná seria dividida igualmente entre eles. Isso foi registrado na "Ata de Foz do Iguaçu" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 164), que simbolizou um compromisso de compartilhar recursos comuns.

Além disso, a aproximação com o Brasil contribuiu para melhorar as relações entre o Paraguai e a Argentina. Os dois países assinaram acordos, como um Tratado de Navegação em 1967, que estabeleceu a livre navegação dos rios compartilhados, fortalecendo as relações entre eles (Yegros; Brezzo, 2013, p. 165)

Com exceção do caso supracitado, os outros 120 casos de conflitos ocorridos onde a água esteve envolvida na América Latina, se caracterizam por ações de menor vulto, sem embate entre forças armadas estatais, sendo empreendidas justamente por atores não-estatais que realizam ações como sabotagem para desestabilizar os governos, ou fazer reivindicações, se tratando então de questões domésticas (World Water, 2023).

“Apesar do estado brasileiro ter por princípios a negociação e solução pacífica dos conflitos, o poder militar brasileiro tem que estar pronto para defender a integridade e a soberania do território nacional, bem como de seus recursos naturais, incluindo os hídricos” (Nogueira, 2018, p. 56). E esse estado de permanente prontidão operativa é característica marcante do Corpo de Fuzileiros Navais. Até porque, para adotar essa postura pacífica precisamos garantir nossa soberania. E ao pensarmos no cenário atual, as motivações de um conflito podem ser diversas, como expõe Nogueira (2018, p. 56-57):

O General Golbery do Couto Silva, em relação à geopolítica da América do Sul, afirma que o final da 2ª Guerra Mundial gerou cenário favorável para a superação de ressentimentos históricos, contribuindo para a formação de uma identidade sul-americana comum, unida na luta contra o subdesenvolvimento e o atraso econômico. As motivações futuras para uma intervenção armada internacional ou ingerência política no Brasil poderão ser a defesa do meio ambiente; dos direitos dos povos indígenas; a falta de proteção aos mananciais de água; o uso abusivo e incorreto da água no agronegócio; a falta de proteção ao Pantanal e aos Aquíferos Guarani e Amazonas/Alter do Chão; a proteção de minorias; a violência urbana; as riquezas da Amazônia Verde e Azul; e até a prisão de líderes políticos. O Brasil possui hidrovias da região hidrográfica Amazônica que demandam de países vizinhos, exigindo controle do fluxo de embarcações, pessoas e mercadorias.

Com isso, buscaremos analisar a organização da MB e do CFN para entender se a instituição se mantém pronta para garantir a soberania nacional nas áreas de compartilhamento das bacias hidrográfica, dos aquíferos e das hidrovias fronteiriças.

3.2. Estamos preparados?

O Poder Nacional refere-se à capacidade de uma nação, composta por seus cidadãos e recursos, atuar em consonância com os objetivos nacionais. Essa capacidade visa alcançar e manter os interesses, necessidades e aspirações da Nação. Além disso, se manifesta em cinco áreas principais: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Cada uma dessas áreas desempenha um papel na consecução dos objetivos nacionais (Brasil, 2014, p. 1-1).

A Expressão Militar do Poder Nacional se concentra principalmente no aspecto militar do Poder Nacional. Envolve o uso dos recursos humanos e materiais disponíveis para alcançar e manter os objetivos nacionais. A Expressão Militar do Poder Nacional abrange o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Militar Aeroespacial como seus principais componentes (Brasil, 2014, p. 1-1).

Já o Poder Naval é um componente do Poder Nacional que atua no mar, em águas interiores e em áreas terrestres específicas de interesse para operações navais. Seu objetivo é contribuir para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, conforme definidos nas políticas de defesa. Ele é composto por meios navais, aeronavais, fuzileiros navais, infraestruturas de apoio e estruturas de comando e controle, logística e administração. Também inclui forças e meios de apoio não orgânicos da Marinha quando submetidos à autoridade naval (Brasil, 2014, p. 1-5).

Com essa contextualização, podemos então, compreender a missão da MB:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais (Brasil, 2014, p. VII)

Para o cumprimento de sua Missão, qual seja o preparo e emprego do Poder Naval, a Marinha deverá estar capacitada a realizar as seguintes tarefas: negar o uso do mar ao inimigo; controlar áreas marítimas; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão. Essas tarefas são estabelecidas na END, e foram selecionadas em consonância com os interesses nacionais (Brasil, 2014, p. 1-6). Dessas tarefas, a que diz respeito a atuação do CFN é a projeção de poder sobre terra.

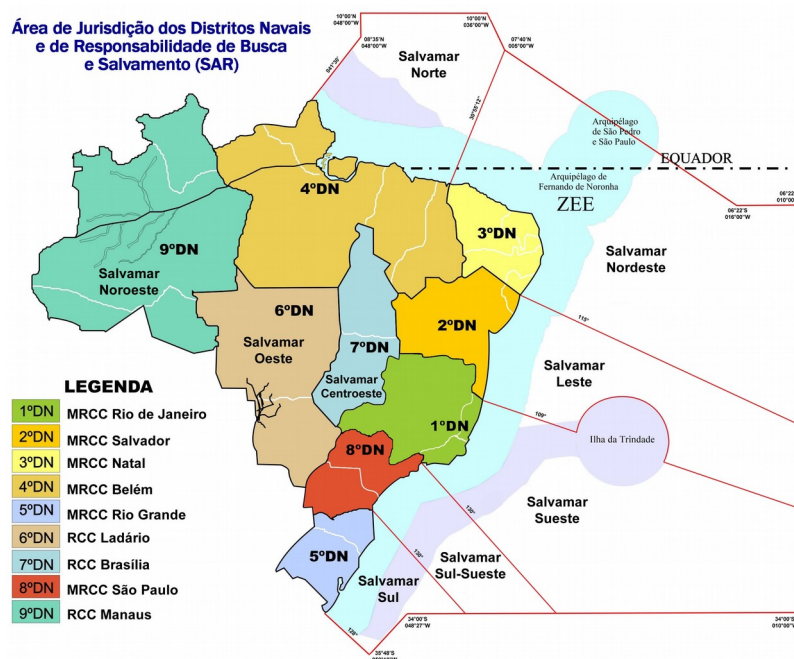
O EMA-305 Doutrina Básica da Marinha (2014, p. 1-10) define que: “Projeção de Poder Naval significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças até a realização de operações navais”. Além disso, dispõe de uma força de caráter expedicionário, em permanente condição de pronto emprego, que assegura sua capacidade de projeção de poder. “Esse caráter expedicionário permite o emprego tempestivo de força autossustentável e adequadamente aprestada para cumprir a missão por tempo limitado e em área operacional distante de suas bases terrestres” (Brasil, 2014, p. 1-10).

Para que possamos analisar o preparo do CFN para um possível conflito em regiões de fronteira ribeirinha, primeiro devemos entender como a MB está organizada no território nacional. “A Marinha do Brasil está presente em todo o território brasileiro, mas para que a administração naval seja feita da melhor maneira possível, a instituição dividiu o país em nove Distritos Navais” (Você, 2023). Ou seja, a MB divide o território brasileiro em áreas administrativas chamadas Distritos Navais (DN). E cada um desses DN englobam um ou mais estados brasileiros:

- 1° Distrito Naval – Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Ele é o Distrito sede da Marinha do Brasil.
- 2° Distrito Naval – Bahia e Sergipe.
- 3° Distrito Naval – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
- 4° Distrito Naval – Amapá, Pará, Maranhão e Piauí.
- 5° Distrito Naval – Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- 6° Distrito Naval – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- 7° Distrito Naval – Tocantins, Goiás e Distrito Federal.
- 8° Distrito Naval – São Paulo e Paraná.
- 9° Distrito Naval – Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia (Você, 2023).

A partir da figura abaixo, percebemos que os DN que abarcam a maior extensão da nossa linha de fronteiras são os 4°, 6° e 9° DN, os quais são encarregados dos seguintes estados: Amapá, Pará, Maranhão e Piauí (4°DN); Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (6° DN); e Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia (9° DN).

Figura 5 - DN



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=noticias/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-um-distrito-naval-dn>

Quando examinamos o diagrama organizacional da Marinha do Brasil (MB), percebemos que justamente estes três DN possuem cada um, um Batalhão de Operações Ribeirinhas. Ou seja, possuem tropas de fuzileiros navais especializadas na atuação nesse ambiente operacional, o que torna evidente a ênfase da força militar na manutenção de sua prontidão para a defesa dos recursos hídricos nacionais, considerando a importância estratégica desse aspecto. A disposição da MB desses três Batalhões de Operações Ribeirinhas, devidamente distribuídos em Manaus-AM, Belém-PA e Ladário-MS, demonstra a abrangência dessa capacidade de atuação ao longo dos principais rios do território brasileiro.

Adicionalmente, a Força de Fuzileiros da Esquadra, força organizada e aprestada para a execução das operações anfíbias e terrestres, envolvendo a projeção de uma força militar do mar, proveniente de uma Força Naval, em terra (BRASIL, 2012. p. 93), e que constitui a unidade de pronta resposta da MB, tem dedicado significativos esforços à condução de inúmeros treinamentos e exercícios especializados voltados para operações ribeirinhas. Essa iniciativa visa a manutenção e o aprimoramento da capacidade operacional e expedicionária da força, assegurando, assim, a prontidão para ação em qualquer momento que se fizer necessário (Operação, 2022).

Figura 6 - Operação Furnas



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/capacidades-em-operacoes-ribeirinhas-de-paz-e-interagencias-sao-reforcadas-em>

Já no contexto da formação dos militares, o Curso de Aperfeiçoamento Avançado para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (C-Ap-A-CFN), destinado à preparação dos futuros Capitães-Tenentes para funções de assessoria e planejamento nos Estados-Maiores da instituição, realizou um exercício prático de campo em Manaus. Esse exercício desafiador contribuiu significativamente para avaliar e aprimorar o nível de preparo dos oficiais, demonstrando o comprometimento da MB com a excelência na formação e capacitação de seu quadro de líderes militares.

Os oficiais participaram ativamente do planejamento de uma Operação Ribeirinha. Esta atividade prática ocorreu na região de Vila Iranduba e na Colônia Bela Vista, localidades situadas no município de Iranduba-AM. Durante a operação, os oficiais ocuparam Postos de Observação, avistando embarcações no majestoso Rio Solimões. Essa vivência proporcionou uma visão clara e realista dos desafios e particularidades da região amazônica, preparando-os para futuras missões (Barros, 2023).

Figura 7 - CApA-CFN



Fonte: <https://www.defesaemfoco.com.br/oficiais-da-marinha-ampliam-conhecimento-na-amazonia/>

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho pudemos perceber a relevância do recurso natural “água” na dinâmica das relações entre os países no mundo, e em especial na América do sul. Isso porque a região possui grandes áreas de compartilhamento de bacias e aquíferos entre os países fronteiriços. Entender a geopolítica regional, e como a água está inserida é extremamente importante para se pensar em garantia da soberania e Defesa Nacional.

Inicialmente, no primeiro capítulo abordamos a relação entre guerra e recursos naturais, destacando como a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico desempenha um papel significativo na geopolítica global. A definição de guerra como um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à vontade de outro Estado foi discutida, assim como a influência da política, estratégia e diplomacia nesse contexto.

Diferentes perspectivas de pensadores como Clausewitz, John Keegan, Raymond Aron e Norberto Bobbio foram exploradas, ressaltando a complexidade da guerra e a interdependência de fatores políticos, culturais e sociais. A definição de conflito como uma situação em que as necessidades e interesses de diferentes grupos são incompatíveis também foi apresentada como um elemento essencial na compreensão dos conflitos e guerras.

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil foram discutidas, demonstrando como o país considera a questão dos recursos naturais em suas estratégias de defesa e nas relações internacionais. A importância da diplomacia e da cooperação regional na América do Sul foi enfatizada, mas também a necessidade de manter a preparação militar diante de possíveis investidas belicosas.

A geopolítica dos recursos naturais foi abordada, ressaltando como a escassez de recursos, como água, energia e alimentos, pode desempenhar um papel crucial na deflagração de conflitos e guerras no século XXI. O colapso do crescimento econômico, a corrupção e a autoridade estatal deslegitimada em países dependentes de recursos foram apontados como desafios a serem enfrentados.

Além disso, a escalada de conflitos relacionados à exploração de recursos, envolvendo populações locais, interesses comerciais e redes globais de direitos humanos e ambientais, representa outro desafio geopolítico. As receitas de recursos naturais tornaram-se uma fonte importante de financiamento de guerras em muitos países, o que torna essencial a compreensão dessas dinâmicas para a manutenção da paz e da segurança global.

Por fim, neste capítulo destacamos a importância de considerar a relação entre guerra e recursos naturais na formulação de políticas de defesa e nas relações internacionais, reconhecendo a complexidade dos conflitos e a necessidade de abordar questões socioeconômicas, políticas e ambientais de forma integrada para promover um mundo mais seguro e sustentável.

Já no segundo capítulo, procuramos abordar a geopolítica da água na América do Sul, com um foco especial na realidade brasileira, o que é de grande importância em um mundo onde a escassez e a gestão da água estão se tornando questões cada vez mais cruciais. Neste contexto, é essencial entender como os fatores geográficos e naturais influenciam as políticas internacionais e as dinâmicas entre os países.

Para isso, exploramos as teorias clássicas do poder terrestre e poder marítimo de pensadores como Mackinder, Mahan e Spykman. Essas teorias destacam a importância do controle de áreas geográficas estratégicas, incluindo bacias hidrográficas e rotas de transporte marítimo, no contexto das relações internacionais. No caso do Brasil, essas teorias ajudam a moldar a estratégia do país, uma vez que a nação compartilha fronteiras terrestres com a maioria dos países sul-americanos e possui vastas bacias hidrográficas e recursos hídricos valiosos.

A obra de Mario Travassos, "Projeção Continental do Brasil," é fundamental para a compreensão da geopolítica brasileira. Ele identificou os antagonismos na América do Sul relacionados aos oceanos que cercam o continente e às bacias hidrográficas, sublinhando como o uso e controle da água são questões centrais para a geopolítica regional.

O trabalho da autora Elis Pinto destaca a distribuição desigual de água doce no mundo e como essa desigualdade está ligada a fatores políticos e econômicos. A posse de recursos hídricos tem sido historicamente um ponto de tensão entre nações, e os conflitos pela água têm raízes profundas na história. Isso ressalta a importância de uma gestão eficaz das bacias hidrográficas internacionais e a necessidade de cooperação entre os países vizinhos para garantir a segurança hídrica.

Ao fim deste capítulo, concluímos que a geopolítica da água desempenha um papel relevante nas relações internacionais da América do Sul e, especificamente, do Brasil. A compreensão das teorias geopolíticas clássicas e a análise das dinâmicas regionais de recursos hídricos são essenciais para a formulação de estratégias políticas e de segurança. A cooperação regional na gestão da água é vital para garantir a paz e a estabilidade na região, à

medida que os recursos naturais, incluindo a água, se tornam cada vez mais escassos e disputados. A geopolítica da água, portanto, é uma área de estudo fundamental para enfrentar os desafios futuros da América do Sul e do Brasil em particular.

No terceiro capítulo, buscamos unir as ideias do primeiro capítulo sobre a relação entre guerra e recursos naturais, com as ideias do segundo sobre a geopolítica do Brasil com enfoque na água, fazendo uma análise das implicações para a defesa nacional no contexto dos recursos hídricos, fronteiras ribeirinhas e soberania nacional. Com essa análise, percebemos a importância dessas questões para a Marinha do Brasil (MB) e, mais especificamente, para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). A segurança dos recursos hídricos, bacias hidrográficas, aquíferos e hidrovias fronteiriças desempenha um papel fundamental na manutenção da soberania do Brasil, e o CFN, como parte integrante da MB, desempenha um papel importante nesse contexto.

Ao longo deste trabalho, destacamos a relação entre recursos hídricos e possíveis causas de conflitos armados entre nações, bem como a importância da cooperação em bacias hidrográficas internacionais. A análise histórica mostrou como disputas por recursos hídricos podem afetar as relações entre países, destacando um exemplo específico de conflito entre Brasil e Paraguai em torno do Salto do Guairá. No entanto, esses conflitos também podem ser resolvidos por meio de negociações e acordos bilaterais.

Além disso, exploramos a organização da Marinha do Brasil e sua ênfase na preparação para operações ribeirinhas. Os Distritos Navais que abrangem as principais áreas de fronteira ribeirinha possuem Batalhões de Operações Ribeirinhas, o que reflete o compromisso da MB em manter a prontidão para defender os recursos hídricos nacionais. Também destacamos a realização de exercícios e treinamentos especializados, como os exercícios realizados pela FFE (Operação Furnas), e o exercício no terreno realizado pelo Curso de Aperfeiçoamento Avançado para Oficiais do CFN, que prepara os militares para missões em regiões ribeirinhas.

Em última análise, a segurança dos recursos hídricos e a soberania nacional estão intrinsecamente ligadas, e a Marinha do Brasil, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais, está comprometida em garantir a defesa desses recursos e da integridade territorial. Os esforços em cooperação internacional e a prontidão operativa da MB desempenham um papel vital na prevenção de conflitos e na manutenção da paz na região das fronteiras ribeirinhas do Brasil. Assim, o estudo dessas implicações para a defesa é fundamental para entender o compromisso

da Marinha do Brasil em salvaguardar os interesses nacionais relacionados aos recursos hídricos.

Dessa forma, buscando responder a pergunta de pesquisa, a qual levantaria a possibilidade do Brasil vir a ser alvo de uma guerra por recursos, e se estamos preparados para nos contrapor a uma ameaça, entendemos que diversos fatores podem vir a desencadear um conflito como este. Decisões políticas, influência de potências externas na região, ações de atores não-estatais e relações econômicas estão fora do controle da Defesa Nacional, e podem ser as causas de uma escalada de tensões entre os países. Porém, a postura neutra e diplomática do Brasil nos leva a crer que ser alvo de uma guerra por recursos seja algo pouco provável. Litígios e imbróglis políticos tendem a ser resolvidos sem o emprego de forças militares.

A despeito disso, as FFAA não devem levar em consideração a possibilidade remota de uma contenda, ou mesmo contar com a intenção dos possíveis inimigos. A garantia da soberania exige a permanente prontidão operativa das forças, que só é conseguida mediante recorrente adestramento das tropas. Então, podemos considerar que o CFN, como força de caráter expedicionário, vem se mantendo preparado e atento a essa questão. Vem realizando exercícios para manter sua tropa de pronto emprego apta a realizar operações ribeirinhas, além de investir na formação dos militares, especialmente dos oficiais subalternos e intermediários, para que possam planejar e assessorar os Estados-Maiores quando em operações de caráter ribeirinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos:

DALL'AGNOL, Augusto César; DORNELLES JR, Arthur Coelho. Classificação de guerras: a problemática das (in)definições. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l.], v. 4, n. 1, ed. jan/jun, p. 45-58, 2017.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos estratégicos como área de conhecimento científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, 2015.

FUCCILE, Luís Alexandre; CARLOS, Milton; LEITE, Luísa Telarolli de Almeida. GeopolíticadosRecursosNaturaisnaAméricadoSul: um panorama dos recursos hídricos sob a ótica da Segurança Internacional. **MURAL INTERNACIONAL**, [s. l.], v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/32569/24473>. Acesso em: 14 out. 2023.

MACKINDER, Halford. O PIVÔ GEOGRÁFICO DA HISTÓRIA. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, ed. 29, p. 88-100, 2011.

PINTO, Elis. **Geopolítica da Água**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. O Legado de Clausewitz para a Sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 111-132, 2018.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza e MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. **A Importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico**. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://ompv.eceme.eb.mil.br/geopolitica-e-defesa/geopolitica-e-capacidades-nacionais-de-defesa/423-aim>. Acesso em: 10 jul. 2023

WILLRICH, Emili. **A GEOPOLÍTICA E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO (2012 E 2016)**. ENABED 2018, Brasília, 2002. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534940671_ARQUIVO_EmiliWillrich-artigoenabed.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

WOLF, Aaron T. Conflict and cooperation along international waterways. **Water Policy**, [s. l.], v. 1, p. 251-265, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/water-policy/vol/1/issue/2>. Acesso em: 13 out. 2023.

Documentos Oficiais:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa. Brasília, 2020.

_____. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. Estado-Maior da Armada. Brasília, 2020a.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016.

Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_e_end_2016.pdf/view>.

Acesso em 20 de julho de 2023.

_____. **Doutrina Militar de Defesa – MD 51-M-04**. Brasília – DF: Editora do MD, 2007, 48 p.2ª edição.

Livros:

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução: Sérgio Bath. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 936 p.

BARACUHY, Braz (org.). **Fundamentos da Geopolítica Clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília-DF: FUNAG, 2021. 580 p.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt**: war and the nation-state in Latin America. USA: The Pennsylvania State University Press, 2002. 344 p.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 442 p.

KLARE, Michael T. **Guerra por los Recursos**: el futuro escenario del conflicto global. E-Book: Ediciones Lavp, 2020. 300 p.

LE BILLON, Phillipe. **The Geopolitics of Resource War**: Resource Dependence, Governance and Violence. Frank Cass. 2005. p. 1-28

MACKINDER, Halford. **The Geographical Pivot of History**. Geographical Journal, n. 23, 1904

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. **Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1997

_____, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. São Paulo:Hucitec/Edusp, 1999.

ROMANO, Roberto. Paz da Westfália (1648). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da Paz**: Os tratados que desenharam o planeta. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. ebook.

SCHILLING, Paulo. **O expansionismo brasileiro**: a Geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013. 187 p. v. 1. p. 160-165

YERGIN, Daniel. **A Busca**: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 832 p.

Teses / Dissertações:

FRANCO JUNIOR, Arcenio. **A escassez de recursos naturais como causa de guerras na América do Sul**. Orientador: Paulo Roberto Bueno Costa. 2018. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

KERR, Lucas Oliveira. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76222/000892922.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NOGUEIRA, Marcelus Armindo Ribeiro. **A geopolítica da água e seus reflexos para o Brasil no século XXI**. Orientador: ANSELMO DE OLIVEIRA RODRIGUES. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Hidropolítica e Segurança: As Bacias Platina e Amazônica em Perspectiva Comparada**. Orientador: Argemiro Procópio Filho. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. 2004. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. . Acesso em: 03 out. 2023.

Websites:

ANA. Água no mundo. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-internacional/agua-no-mundo>. Acesso em: 13 out. 2023

BARROS, Marcelo. Oficiais da Marinha Ampliam Conhecimento na Amazônia: Curso de Aperfeiçoamento leva oficiais a uma imersão nas operações e desafios da região amazônica. **Defesa em Foco**, Manaus - AM, p. 1, 30 set. 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/oficiais-da-marinha-ampliam-conhecimento-na-amazonia/>. Acesso em: 13 out. 2023.

CERQUEIRA, Thaís. Capacidades em Operações Ribeirinhas, de Paz e Interagências são reforçadas em Furnas. **Agência Marinha de Notícias**, São José da Barra - MG, p. 1, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/capacidades-em-operacoes-ribeirinhas-de-paz-e-interagencias-sao-reforcadas-em>. Acesso em: 13 out. 2023.

ECYCLE, Equipe. Bacia do Rio Amazonas é a maior bacia hidrográfica do mundo. **ECycle**. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/maior-bacia-hidrografica-do-mundo/>. Acesso em: 13 out. 2023.

IBGE. Áreas dos municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html#:~:text=O%20c%C3%A1lculo%20da%20%20%20%20territorial,foi%20de%208.510.345%2C540%20km%C2%B2>. Acesso em 13 out. 2023

OPERAÇÃO Furnas 2022 reforça a presença da Marinha em Minas Gerais. **Agência Marinha de Notícias**, Furnas - MG, p. 1, 18 maio 2022. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/operacao-furnas-2022-reforca-presenca-da-marinha-em-minas-gerais>. Acesso em: 13 out. 2023.

VOCÊ sabe o que é um Distrito Naval (DN)? **Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=noticias/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-um-distrito-naval-dn>. Acesso em: 13 out. 2023.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Water stress by country**. Disponível em: <<https://www.wri.org/resources/charts-graphs/water-stress-country>>. Acesso em: 13 out.2023.

WORLD WATER. **Water conflict chronology**. Disponível em: <<http://www.worldwater.org/conflict/list/>>. Acesso em: 13 out. 2023.